

# INTERESSE NACIONAL, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A IMPRENSA NIGERIANA NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO CONTEMPORÂNEO

Aondover Eric Msughter<sup>1</sup>  
Hamza A. Pate<sup>2</sup>



## Introdução

Na Nigéria, além do Executivo, Judiciário e Legislativo, a mídia é considerada o Quarto Poder da Nação. O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos prevê a liberdade de expressão como parte dos direitos humanos fundamentais. No âmbito da União Africana (UA), o direito à liberdade de informação e de expressão também é reconhecido. A Constituição da Nigéria de 1999 (conforme emendada) garante igualmente a liberdade de expressão, especificamente a Seção 39 da Constituição, que atribui direitos, poderes, funções e obrigações à imprensa. As constituições nigerianas desde então têm mantido esse papel. A seção 22 da mesma Constituição reconhece a mídia como o “Quarto Poder da Nação”. Portanto, significa que a mídia supervisiona o governo e suas agências, mantendo-os, assim, em alerta. A Lei de Liberdade de Informação estabelece que a informação deve ser disponibilizada e que os cidadãos devem se sentir livres para expressar suas opiniões pessoais. A fim de responder aos objetivos do presente estudo, a principal

<sup>1</sup> Departamento de Comunicação de Massa, Bayero University Kano. Kano, Nigéria. E-mail: aondover7@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5261-9871>

<sup>2</sup> Departamento de Comunicação de Massa, School of Management and Information Technology. Yola, Nigéria. E-mail: hamzapate@ymail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1006-3577>

questão a se considerar é: Quão eficiente é a mídia nigeriana na sua função de guardiã da liberdade de expressão na sociedade? Os dados analisados neste documento incluem decisões judiciais relevantes contidas em relatórios e periódicos jurídicos, documentos técnicos e fontes não jurídicas.

As Nações Unidas estabeleceram o dia 3 de maio como o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em reconhecimento às contribuições da mídia para o desenvolvimento nacional e global. Em sua declaração no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, o presidente George W. Bush (2008) mencionou que a liberdade de imprensa foi consagrada na Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América. O ex-presidente americano Thomas Jefferson declarou que, se tivesse escolha, preferiria mídia sem governo do que governo sem mídia (Akinwale 2010). A imprensa é uma instituição vibrante que fornece plataformas para negociações de poder no espaço público e que prepara o terreno para o discurso público sobre questões populares. Iredia (2015) afirma que a imensa contribuição da mídia para o sucesso da luta pela independência da Nigéria, o papel heróico que também desempenhou no fim da ditadura militar no país e sua busca sem fim desde o retorno à democracia, em 1999, em tornar o governo do país responsável perante o povo nigeriano são questões que enfatizam a postura pragmática da mídia nigeriana no processo de desenvolvimento de seu país. Por sua vocação profissional, Pate (2017) acrescentou que os jornalistas devem gozar de autonomia, independência, flexibilidade e facilidade para operações confiáveis.

## O Contexto

De acordo com Pate (2017), o desafio da liberdade de expressão continua assustador para todos os países e especialmente para a Nigéria, com sua grande população de 198,8 milhões de pessoas, mais de 400 grupos étnicos, duas religiões principais, dezenas de partidos políticos, 36 estados federados e outras plataformas complexas de diversidade. O cenário multicultural nigeriano é caracterizado pela diversidade, heterogeneidade e pluralismo nas culturas, orientações e atitudes das pessoas (Pate 2017).

Nwanne (2014) considera que a Nigéria ainda não é uma sociedade livre e aberta, apesar da disponibilidade de diversos pontos de vista decorrentes de uma notável abundância de órgãos de imprensa no país. Assim, várias organizações de imprensa na Nigéria carecem de liberdade completa devido à censura, aos múltiplos centros de poder existentes e às instituições políticas instáveis. Apesar da proliferação de organizações de imprensa, as

disposições constitucionais para a liberdade de imprensa não foram totalmente aplicadas. A evidência empírica apresentada por Iredia (2015) mostra que nenhum outro grupo desempenhou um papel mais crucial do que a mídia na luta pela independência da Nigéria. Ele argumentou que os grandes líderes dos movimentos nacionalistas na África, e outros ativistas políticos, reconheceram o imenso poder da mídia. Na Nigéria, a imprensa no período colonial foi protagonizada por líderes de movimentos nacionalistas como Herbert Macaulay, Nnamdi Azikiwe, Ernest Ikoli, Obafemi Awolowo, Anthony Enahoro e Ibrahim Imman que, segundo Jibo e Simbine (2003), usaram a imprensa para lutar corajosamente para desafiar a base do domínio colonial e libertar os nigerianos desse jugo. Portanto, a conquista da independência foi, em grande parte, devido à mídia.

A Constituição da Nigéria de 1999, Seção 39, Subseção 1, declara que “Todas as pessoas têm direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de ter opinião e de receber e transmitir idéias e informações sem interferência”. No entanto, Oboh (2018) defende que a reivindicação dos jornalistas nigerianos por liberdade de imprensa não é correta. Ele argumentou que os direitos que os jornalistas nigerianos têm de informar sobre eventos e questões da sociedade são os mesmos que outros nigerianos têm apenas por serem cidadãos. Apontando que a Constituição nigeriana de 1999, Seção 39, Subseção 3, declarou que, “Nada nesta seção (seção 39) invalidará qualquer lei na Constituição que seja razoavelmente justificável em uma sociedade democrática”.

O que está implicado na subseção 3 na seção 39 da Constituição nigeriana de 1999 é que os jornalistas não têm direito a nenhum direito a mais na Constituição que não esteja disponível para os demais cidadãos. Por exemplo, não é ético que jornalistas divulguem as fontes de suas informações. Mas será considerado desrespeito ao tribunal na Nigéria um jornalista ocultar informações de um juiz que permitiriam ele ou ela decidir juridicamente sobre um caso. Isso ocorre porque os jornalistas não têm direitos legais para protegê-los contra as disposições anti-imprensa na Constituição da Nigéria de 1999, ao contrário da Constituição dos Estados Unidos, em que os jornalistas não podem ser obrigados pelo judiciário a divulgar as fontes de suas informações. Pate e Idris (2017, 137-138) observaram que a “Constituição não concedeu aos jornalistas um *framework* específico de segurança e proteção, além dos direitos de todos os cidadãos, assim, todos os jornalistas, em princípio, se beneficiam do direito à vida e da proibição de desaparecimento forçado e tortura”.

A mídia pode contar com a liberdade de expressão da seção 39 (1) da Constituição, que estabelece que toda pessoa deve ter direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de ter opiniões e de receber e transmitir idéias e informações sem interferência. A interpretação contextualizada desta disposição, conforme apresentado neste trabalho, entretanto, mostra que não se trata de liberdade de imprensa, mas de liberdade de expressão. Argumentar que os profissionais da mídia são cidadãos e, portanto, estão cobertos pela disposição geral sobre liberdade de expressão, que está disponível para todos, é simplista. Em qualquer caso, há evidências de que a própria Constituição não vê a mídia e o público como um só; portanto, atribuiu funções ao público em geral antes de isolar a mídia para seu próprio mandato. A Seção 13 da Constituição estabelece que todos, incluindo todos os órgãos do governo e todas as autoridades e pessoas que exercem poderes legislativos, executivos ou judiciais, devem obedecer, observar e aplicar as disposições do Capítulo 2 da Constituição. Para reiterar ainda mais, ao longo da linha da seção 22, a mídia é apresentada como um órgão sobre o qual repousa a observância das disposições do capítulo para diferenciar a mídia do público em geral. Tendo, assim, efetuado tal diferenciação, não se deve esperar que a mídia derive o seu empoderamento a partir do público. Em vez disso, deve haver uma disposição exclusiva sobre a liberdade de imprensa para permitir que a mídia cumpra o mandato específico que lhe é conferido pela seção 22 (Iredia 2015).

Nesse sentido, Oboh (2018) estabeleceu que a única Lei de Liberdade de Informação adicional aplicada às disposições existentes sobre liberdade de imprensa na Constituição nigeriana de 1999 é o direito que os jornalistas têm de pedir a um funcionário público que divulgue as informações que estão em seu ou à sua disposição e que sejam consideradas de interesse público. O mesmo funcionário público que se baseia na disposição da seção 39, subseção 3, poderia se recusar a fornecer as informações aos jornalistas com a justificativa que tal divulgação equivaleria a uma violação de outras leis que são razoavelmente justificáveis, como a lei de Segurança do Estado, Ato Secreto Oficial, Documentos Confidenciais, Áreas Protegidas e outros. A literatura jurídica também estabelece que as agências de mídia na Nigéria são: Agências de Notícias da Nigéria, Atos NTA, Decreto da Voz da Nigéria, National Broadcasting Commission (NBC), entre outras. Além disso, de acordo com essa literatura, o presidente é a pessoa que nomeia o chefe do executivo das agências. Em alguns casos, há uma representação da associação profissional para nomear membros para representar outros. Portanto, em uma situação em que o presidente deve nomear o chefe do executivo das agências, a expectativa é de que a mídia seja tutelada. De fato, a mídia pode desfrutar de algum nível de liberdade, mas essa liberdade pode não ser absoluta. Assim,

a situação da mídia na Nigéria em relação à liberdade de expressão é como se usasse a mão esquerda para recuperar o que foi dado pela mão direita.

## **Interrogando a Mídia Nigeriana e as Administrações Militares**

A relação que existia entre os meios de comunicação de massa e as administrações militares é melhor descrita nas palavras de Okoye (2003) como um “caso de gato e rato”. Vários fatores explicam essa descrição, entre os quais a desconfiança mútua de ambas as partes, muito sigilo do governo, corrupção de funcionários do governo, recusa do governo em confiar à mídia assuntos de interesse nacional e restrições indevidas impostas pelo governo por meio de legislações desagradáveis e ações extrajudiciais para conter o que o governo percebeu como a influência negativa da imprensa (Suntai, Agbu e Targema 2018).

A mídia nigeriana teve suas piores experiências durante esta época (Targema e Ayih 2017). Foi uma época caracterizada pela presença de vários decretos repressivos e detestáveis para amordaçar a imprensa. Tratamentos desumanos, como agressão física, assédio e molestamento de jornalistas; prisões, detenções e, em alguns casos, assassinato de jornalistas; o confisco ou proscrição de edições de publicações, bem como a repressão aos meios de comunicação, tornaram-se a ordem do dia. Casos famosos incluem: a prisão, açoitamento e a cabeça raspada de Minere Amakiri por militares em 1974; a prisão de Tunde Thompson e Nduka Irabor em 1984; e a morte de Dele Giwa por meio de um pacote-bomba em 1986. Suntai, Agbu e Targema (2018) observam que havia muitos editores e repórteres que estavam dentro e fora da custódia policial entre 1966 e 1984, não importa o quão breve sua permanência com a polícia.

Os regimes militares subsequentes não foram exceção. Na verdade, eles foram os piores em seu relacionamento com a imprensa. Vários meios de comunicação foram fechados durante os regimes do General Babangida e Abacha. Nas palavras de Abayomi (2003), o regime do general Abacha reprimiu os jornais à vontade, proibiu publicações, apreendeu exemplares de revistas, prendeu muitos jornalistas sob alegações de participação em conspirações de golpe. Alguns dos decretos repressivos promulgados para restringir a imprensa pelos vários regimes militares incluem: Lei de Proibição de Jornal de Circulação de 1967, Proteção de Funcionários Públicos contra Falsa Publicação Decreto nº 11 de 1976, Proteção de Funcionários Públicos

contra Falsa Publicação Decreto nº 4 de 1984, Decreto sobre Detenção de Pessoas nº 2 de 1984, Decreto sobre Registro de Jornal nº 44 de 1993, entre vários outros (Abayomi 2003).

Segundo Suntai, Agbu e Targema (2018), esses decretos foram pedras no calçado para os jornalistas, visto que foram, em diversas ocasiões, invocados para aplicar penalidades severas aos inadimplentes. Observando este ponto com grande amargura, Oyeboade, conforme citado em Suntai, Agbu e Targema (2018), estabeleceu que, de fato, os anos Abacha foram uma saga aparentemente interminável de invasões, vandalização, fechamentos, falsas acusações, prisões, prisão sem julgamento, exílios forçados e incontáveis crimes hediondos contra pessoas que empunham armas não mais letais que suas canetas, gravadores ou laptops. Este foi o destino da imprensa durante a era da militarização na Nigéria.

## Imprensa Nigeriana sob o Sistema Democrático

A evidência empírica de Suntai, Agbu e Targema (2018) mostra que a Nigéria teve duas experiências anteriores com o governo civil antes da presente dispensação – ou seja, a Primeira República, 1960-1966, e a Segunda República, 1979-1983. Em geral, a relação imprensa-Estado com governantes civis tem sido melhor. Por exemplo, um estudo de Okoye (2003) revela que o governo Tafawa Balewa pontuou 40% no índice apresentado pelo autor, enquanto Shagari e Obasanjo (segunda era) pontuaram 61% e 62% respectivamente. Quando comparado com os regimes militares, Aguiyi Ironsi obteve 43%, Yakubu Gowon 42%, Murtala Mohamed / Olusegun Obasanjo 41%, Muhammadu Buhari 26%, Ibrahim Badamasi Babangida 32%, Sani Abacha 11% e Abdulsalam Abubakar 49%; torna-se óbvio que as relações imprensa-Estado têm sido mais cordiais com governantes civis. No entanto, essa discussão está mais preocupada com o regime atual, de 1999-2019. Temegha (2011), comentando sobre a segunda era de Obasanjo, observa que:

O que se sabe sobre a postura de Olusegun Obasanjo como um homem de Estado é que durante sua presidência de oito anos, a imprensa nigeriana e os nigerianos em geral desfrutaram de um pouco de liberdade. A imprensa tinha liberdade de expressão e o povo era livre para associação (Temegha 2011, 47).

Isso pode soar como bajulação, mas uma observação crítica e uma análise comparativa da relação entre a mídia e o Estado sob o regime militar

com a era atual esclarecem todas as dúvidas. Sambe (2008) tem uma visão semelhante quando observa que, desde a morte súbita do déspota (Abacha) e a subsequente tomada do reinado do governo pelo general Abdusalami Abubakar, que acabou sendo entregue a um governo eleito, houve algum tipo de prorrogação para a mídia. Okoye (2003) observou, na fase inicial do sistema democrático, que:

Dois anos depois, a administração Obasanjo esforçou-se para entregar aos nigerianos os “dividendos da democracia”. O governo também reconstruiu consideravelmente a cordialidade com a mídia, que suportou o maior impacto do desgoverno militar ao longo dos anos. A liberdade de expressão floresceu mais uma vez (Okoye 2003, 7).

Houve suspiros de alívio durante a transição para o regime civil, pois a maioria dos decretos repressivos estava sendo repelida, com as relações entre a mídia e o Estado aparentemente mais cordiais. No entanto, uma observação cuidadosa da relação mídia-Estado, especialmente no que diz respeito ao tratamento dispensado aos jornalistas, indica que a liberdade de expressão não foi totalmente garantida durante o primeiro e o segundo mandatos do Chefe Obasanjo. Há muitos casos em que jornalistas entraram em confronto com agentes de segurança e, em alguns casos, eles foram tratados severamente, mesmo no sistema democrático. Ekuma (2012) estabeleceu que, ao invés do regime democrático posterior, deixar de humilhar e oprimir os homens da imprensa e também conferir liberdade de expressão e informação, sem constrangimentos, a situação de alguns jornalistas no país durante o regime democrático é ainda preocupante.

Na mesma perspectiva, Olaide (2011) observa que ataques ilegais a jornalistas e organizações de mídia são muito comuns na Nigéria, apesar do advento do regime civil em 1999. Incidentes como agressões físicas a jornalistas, apreensão ou destruição de equipamento jornalístico, invasões ou o fechamento de escritórios de mídia e o confisco de publicações ainda ocorrem. Idumange (2013) expôs alguns das centenas de relatos de agressão sofridas por jornalistas, coletadas no o *Media Right Monitor*, um órgão da *Media Right Agenda*: espancamento de Suleiman Osasuji, jornalista esportivo do jornal *All Sports* em 14 de outubro, 2003; agressão, prisão e detenção de Savannah Peters, repórter do *Island News* por soldados da 81ª Divisão Guarnição, Dodan Barracks, Ikoyi em 17 de maio de 2014; a prisão de Segun Omolehin, presidente do estado de Kogi do NUJ pela polícia em Lokoja em 22 de junho de 2005; a invasão da *DAAR Communication Limited* em Abuja em 14 de maio de 2006 por agentes de segurança do Estado para apreender uma fita-mes-

tre de um documentário, prisão e detenção de Fiddis Mbah, da BBC, e Tade Oludayo da *Silver Bird Television*, em 10 de janeiro de 2008, pelos agentes de segurança, além de vários outros casos (Olaide 2011; Idumange 2013).

Afora esses casos, a relutância do governo de Obasanjo em sancionar a Lei de Liberdade de Informação não contribuiu para expandir as fronteiras da liberdade de imprensa, embora tenham havido melhorias. O curto governo de Yar'Adua/Jonathan não tem um histórico comprometedor em relação à imprensa e pode receber uma pontuação positiva por facilitar a liberdade de expressão. Em maio de 2011, o presidente Goodluck Jonathan sancionou a Lei de Liberdade de Informação. O fato é considerado um feito positivo na luta para realizar a liberdade de imprensa, pois a lei dá ímpeto a jornalistas e membros da sociedade civil para investigar profundamente questões que são de domínio público.

O presidente Muhammadu Buhari continuou com esse espírito. Durante sua gestão (2015-2019), o governo reiterou seu compromisso com a garantia da liberdade de expressão. No entanto, a ameaça do discurso de ódio que aumenta no país a cada dia exigiu várias tentativas por parte das forças do Estado e agências interessadas de reavaliar os debates em torno da liberdade de expressão. No topo da agenda do governo está a necessidade de conter o discurso de ódio na grande mídia e nas várias plataformas de mídia social. Esforços nessa direção incluem o projeto de lei para estabelecer uma comissão nacional independente de discurso de ódio e o projeto de lei de mídia social. Embora esses projetos de lei ainda estejam sendo debatidos na Assembleia Nacional, o seu impacto sobre a limitação da liberdade de expressão será grande, já que contêm graves penalidades para os inadimplentes que, se eventualmente aprovadas em lei e totalmente implementadas, podem ajudar muito a limitar a liberdade de expressão. O artigo aponta que esses são retrocessos em relação às medidas recentes de garantia da liberdade de expressão no país. A demolição das instalações da Breeze FM Lafia em 2017 também é ilustrativo desse retrocesso, embora a ação tenha sido marcada por uma série de polêmicas, reclamações e contra-argumentos. Abaixo estão algumas fotos da demolição.



**Figura 1: Fotos da Breeze FM Lafia, demolida pela Nasarawa State Urban Development Board**



Fonte: Suntai, Agbu e Targema (2018).

## Discussão sobre a situação da liberdade de imprensa na Nigéria

Oyeleye (2004) explorou a relação turbulenta entre a imprensa, o processo político e os atores políticos no contexto da complexa estrutura da sociedade nigeriana. A popularidade das organizações de imprensa na Nigéria começou em 1859, quando Henry Townsend estabeleceu o primeiro jornal conhecido (Iwe Iroyin) em Abeokuta, no oeste da Nigéria (Akinwale 2010). Em 1863, Robert Campbell fundou outro jornal (The Anglo-African), que serviu de canal para promover “a interação entre a Grã-Bretanha e a África”. Ambos os jornais prepararam o cenário para o surgimento de organizações de imprensa locais, com o estabelecimento em 1880 do Lagos Times e do Gold Coast Colony Advertiser por Richard Beale Blaize. O sucesso do Lagos Times inspirou o surgimento de vários outros jornais. O chefe Remi Aboderin fundou o jornal The Punch em 1973, seguido por outras publicações incluindo National Concord (1980), Business Concord (1982), The Guardian (1983), African Concord (1984), African Economic Digest (1988), Hints (1989), Weekend Concord (1989), Tell (1991), Tempo (1993), The News (1993), PM News (1994), The Week (1994), This Day (1995), entre outros (Akinwale 2010). A mídia eletrônica na Nigéria começou na década de 1950 com o estabelecimento da Western Nigeria Television, seguido por uma proliferação de estações de rádio e televisão em todo o país.

Ukaegbu (2007) considera que diferentes organizações de imprensa trouxeram ao conhecimento do público o estado deplorável da sociedade nigeriana. Eles usaram o jornalismo crítico para expor questões que vão desde a pobreza e o crime a estradas ruins e outras deficiências nas cidades nigerianas. Um jornal capturou vividamente a situação dos passageiros em uma estrada federal, declarando que o semblante desesperado e desamparado dos nigerianos, detidos desconfortavelmente contra sua vontade, lembrava um rebanho de ovelhas sem pastor (Leba 2006). A relação entre a imprensa e os governos nigerianos sempre foi bastante antagonica. Tudo começou com restrições moderadas à liberdade de imprensa durante a era colonial e evoluiu para uma repressão total na era pós-colonial. Com o estabelecimento da mídia estatal e da censura da imprensa, a imprensa nigeriana tornou-se fraca, partidária e etnocêntrica. Governos sucessivos empregaram a imprensa como um instrumento de propaganda (Akinwale 2010). A Organização de Imprensa da Nigéria tentou efetuar mudanças na Comissão Nacional de Mídia de Massa (NMMC) após as eleições gerais de 1999, mas sem sucesso. O NMMC define informações legais e relatórios equilibrados à luz dos interesses do Estado. Da mesma forma, o Decreto de Registro de Jornais exige uma taxa não reembolsável de cento e cinquenta mil nairas (N 150.000 ou \$ 2.640) para quem deseja abrir um jornal. Em 1984, o governo nigeriano publicou o Decreto 2, que autorizava o Inspetor-Geral da Polícia a deter indefinidamente e sem julgamento qualquer pessoa considerada como um risco para a segurança do Estado (Akinwale 2010).

Ojo (2006) afirma que o governo usou o Decreto 60 para estabelecer o Conselho de Imprensa da Nigéria (NPC) em 1999 e o encarregou de fazer cumprir a ética profissional. Imediatamente, o Sindicato Nigeriano de Jornalistas (NUJ) e a Associação de Proprietários de Jornais da Nigéria (NPAN) rejeitaram a criação do Conselho de Imprensa porque o decreto continha várias disposições consideradas contrárias à operação de uma imprensa livre. O NPC tinha poderes para credenciar e registrar jornalistas. Ao solicitar o registro, esperava-se que os editores apresentassem suas declarações de missão e objetivos, e o registro poderia ser negado se seus objetivos não atendessem ao NPC. As penalidades por operar sem atender aos padrões do Conselho eram uma multa de 250.000 nairas (\$2.500) ou três anos de prisão. A revisão feita acima direciona a importância da Teoria Libertária defendida neste artigo.

A Teoria Libertária surgiu na Europa no século 17, em oposição à Teoria da Imprensa Autoritária. Este foi o período em que os Monarcas governaram a maior parte da Europa com uma série de leis anti-imprensa que visavam restringir a liberdade de expressão. Proponentes da teoria, como John Milton,

John Stuart Mill e John Locke defenderam “um mercado livre de ideias”, onde tanto as boas quanto as más ideias flutuariam livremente, com a convicção de que as boas ideias naturalmente “venderão” e serão preferidas pelas massas às custas das más ideias (McQuail 2005; Sambe 2008; Nwabueze 2014). Como resultado, qualquer limitação à liberdade de expressão (formal ou informal) viola os princípios desta teoria da imprensa. A teoria é uma teoria normativa; portanto, serve para explicar o funcionamento da mídia dentro do ambiente operacional. Embora seja uma teoria da imprensa relativamente antiga, o libertarianismo não está totalmente realizado na maioria das democracias africanas pós-independência. Isso condiz com a realidade, uma vez que uma série de ditaduras militares prosperou na maioria dos Estados africanos pós-independência, onde os princípios autoritários foram tidos em alta conta em uma tentativa de amordçar a imprensa e, por extensão, a sociedade civil, para ter um controle firme do poder. O libertarianismo era, portanto, um luxo inacessível. No entanto, tendo os governos militares se tornado uma coisa do passado, existe uma tendência de que as novas democracias permitiriam algum espaço para que o libertarianismo prosperasse na mídia.

Colocando outros países ao lado da Nigéria, nos Estados Unidos da América, por exemplo, a Primeira Emenda da Constituição prevê especificamente que o Congresso não fará nenhuma lei que restrinja a imprensa. Embora os tribunais tenham lutado por muito tempo naquele país para determinar se os autores da Constituição pretendiam diferenciar liberdade de imprensa de liberdade de expressão, alguns estudiosos do direito, incluindo o juiz Potter Stewart, da Suprema Corte dos Estados Unidos, têm defendido, de forma persuasiva, proteções especiais à imprensa distintas daqueles atribuídos à fala. Em Gana, a Seção 162 (4) da Constituição do país autoriza expressamente o funcionamento da mídia. Nas palavras da seção, os editores e editoras de jornais e outras instituições da mídia não devem estar sujeitos ao controle ou interferência do governo, nem devem ser penalizados ou perseguidos por suas opiniões editoriais e pontos de vista ou conteúdo de sua publicação. No Malawi, a seção 36 da Constituição estabelece que os meios de comunicação têm o direito de reportar e publicar livremente, no nível doméstico e no estrangeiro, e a ter todas as facilidades possíveis para o acesso à informação pública. A situação no Malawi é provavelmente a mais adequada, visto que o país previu a liberdade de expressão na seção 35 da sua Constituição e deu apenas um passo à frente para providenciar a liberdade de imprensa na seção 36.

Portanto, o Malawi e outros países que têm disposições específicas para a liberdade de expressão em suas constituições, não obstante haver uma disposição geral para a liberdade de expressão, estabeleceram claramente que

a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão não são coexistentes. Se, portanto, as mídias nos EUA, Gana, Malawi e alguns outros países são mais corajosas em suas facilidades da mudança social em seus países, o apoio estatutário que eles têm não pode ser perdido. Na Nigéria, por outro lado, há ampla evidência de que a mídia não é livre. A partir dos Atos, Leis e Regulamentos que regem a prática da mídia no país é claro que sempre houve uma política oficial excessivamente zelosa para amordaçar legalmente a mídia. A tendência, na verdade, remonta à era colonial, quando a Portaria do Jornal de 1903, Portaria da Sedição de 1909 e o Código Penal de 1916 surgiram. Uma das primeiras etapas do governador colonial, Frederick Lugard, após a fusão dos Protetorados do Norte e do Sul da Nigéria foi consolidar todas as leis existentes para promulgar a Lei dos Jornais de 1917 com o único propósito de regulamentar a existência de jornais por meio do processo de registro.

A lei foi alterada em 1964 para acomodar jornais de propriedade do governo, que não existiam antes, e em 1993 foi alterada novamente para aumentar as penalidades por violação de quaisquer disposições da lei. Outras leis que regem a prática da mídia na Nigéria, como as de Sedição, Pornografia, Segredos Oficiais, Direitos Autorais e Difamação foram promulgadas de forma semelhante, essencialmente para reprimir a imprensa e evitar críticas ao governo no poder (Iredia 2015). No caso da lei da difamação, alguns profissionais da mídia pensam que a lei pode tornar a mídia do país tímida porque prevê uma pena maior para a mídia usada do que a pessoa que realmente cometeu o crime. Na verdade, já em 1961, a Suprema Corte da Nigéria considerou que os meios de comunicação de massa não têm imunidade especial; eles devem assumir total responsabilidade por suas ações (Momoh 2004). A mídia também é virtualmente responsável apenas pela dimensão mais séria da difamação ou calúnia, e não por ofensa, porque todo ato difamatório na mídia, sendo um registro permanente, não requer nenhuma prova especial e, como dizem os advogados, é acionável *per se*.

Na Nigéria, os jornalistas também são ocasionalmente confrontados com questões como Desrespeito ao Tribunal. Em 2012, por exemplo, um juiz do tribunal de magistrados ordenou à polícia que prendesse e detivesse sete correspondentes judiciais em Lagos, no sudoeste da Nigéria. O juiz acusou os jornalistas de supostamente atrapalharem as sessões judiciais com suas câmeras e telefones, pois eles estariam ocupados clicando para fotos exclusivas, o que acabou enfurecendo o juiz, que proferiu a ordem. Com base na diretriz, que foi interpretada como Desrespeito ao Tribunal, os jornalistas foram transferidos das instalações do tribunal em Ikeja GRA para o comando da polícia da Área F para eventual detenção (Udom 2012).

Além das leis, existem também vários órgãos reguladores, como o Conselho Nigeriano de Imprensa (NPC), a Comissão Nacional de Radiodifusão, o Conselho de Censores de Filme e Vídeo e a Comissão de Direitos Autorais, constituídos essencialmente para colocar os meios de comunicação em cheque constantemente. No caso do Conselho de Imprensa da Nigéria (NPC), que regulamenta a mídia impressa, ele foi criado supostamente para proteger o público e a imprensa, mas é difícil encontrar um exemplo de que o NPC esteja sempre ao lado dos agentes da mídia, apesar dos inúmeros ataques contra eles na Nigéria. Curiosamente, nenhum profissional da mídia espera a proteção do conselho em vista da decisão judicial de que sua lei de funcionamento é opressiva, autoritária e grosseiramente incompatível com o padrão de uma sociedade (Iriekpen 2010). Por sua vez, a Comissão Nacional de Radiodifusão (NBC), que regulamenta a radiodifusão no país, penaliza apenas os meios de comunicação da oposição e também por motivos frívolos. Em 2009, os tribunais precisaram salvar a Rádio Adaba FM 88.5, uma estação baseada em Akure, das garras do órgão regulador. De acordo com Sowole (2009), a decisão da NBC de fechar a estação foi revertida pelo Juiz C. Okeke do Tribunal Superior Federal de Akure, que manteve o argumento da estação de que a NBC violou seu direito constitucional de audiência justa, de liberdade contra a discriminação, e de liberdade de expressão.

No que se refere à mídia pública, suas leis de funcionamento são igualmente restritivas, deixando os operativos com pouco ou nenhum espaço para iniciativa pessoal e discrição. Por exemplo, a Lei da Autoridade de Televisão da Nigéria, que estabelece a principal emissora de televisão pública, diz em sua seção 12 que o Ministro pode dar à Autoridade orientações de caráter geral ou relacionadas a questões políticas em relação ao exercício pela Autoridade de suas funções no âmbito desta lei, e será dever da Autoridade cumprir tais orientações (Iredia 2015). A mesma disposição que é reproduzida nas leis que estabelecem a Corporação de Rádio Federal da Nigéria e a Voz da Nigéria acabou por ser a base para a qual as organizações são, vez por outra, profissionalmente mal orientadas, especialmente para manipular seus boletins de notícias (Iwokwagh 2005). Talvez algumas das leis e regulamentos da mídia até agora identificados caiam na categoria que a seção 45 da Constituição da Nigéria diz que pode ser razoavelmente justificável em uma sociedade democrática no interesse da defesa, segurança pública, ordem pública, moralidade pública ou saúde pública, ou com o propósito de proteger os direitos e a liberdade de outras pessoas, mas sua implementação, conforme mostrado acima, é frequentemente hostil à prática da mídia na Nigéria.

Aparentemente, como qualquer outra profissão, a mídia certamente tem defeitos, como o sensacionalismo, reportagens imprecisas, práticas cor-

ruptas e outros vícios. Ela também tem uma infinidade de restrições; entre elas o controle de propriedade, baixos salários, bem como recursos humanos e materiais inadequados. Apesar disso, a mídia pode ser extremamente útil para a sociedade porque é o órgão mais eficaz de esclarecimento público, o qual pode capacitar as pessoas a serem racionais, sábias e úteis para si mesmas e para a sociedade. Felizmente, desde 2011, a Nigéria juntou-se aos países que operam um regime de liberdade de informação que pode ajudar a mídia a educar ainda mais o público. No entanto, é lamentável que a Lei de Liberdade de Informação (2011), que prevê o acesso irrestrito à informação pública, não tenha mudado substancialmente a situação porque as modalidades de implementação da lei ainda não foram institucionalizadas. No que tange à capacidade da mídia nigeriana de ser “incisiva” e assumir funções “explosivas”, o presente estudo afirma que há poucos indícios nesse sentido. Como evidenciado pela literatura, a liberdade de expressão na Nigéria é um mero mito.

## Conclusão

Para que a democracia seja fortalecida, a mídia tem um papel muito importante a desempenhar. Nesse contexto, o artigo sustenta que, para que a mídia facilite o desenvolvimento, o interesse nacional deve ser colocado em primeiro lugar a fim de atingir os objetivos nacionais que abrirão o caminho para o pragmatismo político. A mídia deve projetar o interesse da nação enquanto cumpre suas responsabilidades sociais. O interesse nacional deve ser altamente reconhecido pela mídia e deve permanecer uma grande prioridade. Como o Quarto Poder da Nação, a mídia deve se esforçar para desempenhar seu papel na agenda de maneira mais eficaz, garantindo que eleve o nível e a qualidade dos debates públicos sobre questões de interesse nacional. O artigo conclui que os meios de comunicação são os ingredientes essenciais para a governança e para o fortalecimento da democracia; a liberdade de expressão deve ser garantida aos meios de comunicação de forma efetiva. Nenhuma constituição é sagrada quando há necessidade de fazer emendas úteis às leis existentes. Assim, a disposição da seção 39, subseção 3 da Constituição nigeriana de 1999 deve ser eliminada para permitir que os meios de comunicação gozem dos direitos previstos na seção 39, subseção (1) e (2). Nesse sentido, o artigo renova o apelo de Pate (2015) pedindo aos meios de comunicação para compreender as complexidades da nação a fim de desenvolver plataformas nacionais comuns de reportagem e a capacidade de se orientar pelo interesse ou espírito nacional em todos os casos. Para-

fraseando as palavras do falecido professor Weiner, a mídia deve entender que, para construir uma nação, leva séculos; para destruí-lo, leva apenas um ou dois dias.

## Referências

- Abayomi, S. 2003. "Government-media relationship from 1960-2000". In *Issues in Nigerian media history 1900-2000*, editado por R. Akinfelaye e I. Okoye. Lagos: Malthouse publishers limited
- Akinwale, A. A. 2010. "Repression of press freedom in Nigerian democratic dispensations." *Africa Development* 35 (3): 47-70.
- Ekuma, C. 2012. "Press freedom in Nigeria: Rundown 1960-2012". *Chinet*. Acesso em 18 Nov. 2020.
- Idumange, J. 2013. "Freedom of expression in Nigeria: navigating a meeting point between the old and new media." *The Nigerian Voice*. <https://www.thenigerianvoice.com/news/113184/freedom-of-expression-in-nigeria-navigating-a-meeting-point.html>.
- Iredia, T. O. 2015. "The media and the law in Nigeria." *Journal of Humanities And Social Science* 20 (12):30-36.
- Iriekpen, D. 2010. "Nigeria: Court declares press council law oppressive". *This Day Online*. [www.thisdayonline.com/nview.php](http://www.thisdayonline.com/nview.php) Acesso em 28 Set. 2015.
- Iwokwagh, N. 2005. *The politics of Nigeria's fourth republic and government owned broadcast media: The issue of news manipulation*. Makurdi: Aboki Publishers.
- Jibo, M., e A. Simbine. 2003. *Contemporary issues in Nigeria*. Ibadan: JODAD Publishers.
- Leba, L. 2006. "Ore-Benin road: metaphor of a failed social contract". *Vanguard*, Lagos, Nigeria, 23 October.
- McQuail, D. 2005. *Introduction to mass communication theory*. London: Sage Publications.
- Momoh, T. 2004. *Nigerian media law and ethics*. Lagos: Pugmark Nig. Ltd. (Educational Publishers).
- Nwabueze, C. 2014. *Introduction to mass communication: Media ecology in the global village*. Owerri: Topshelve Publishers.



- Nwanne, B. U. 2014. "Another look at press freedom in Nigeria". *European Journal of Research in Social Sciences* 2 (4): 1-11.
- Oboh, G. E. 2018. "Political economy of media operations in Nigeria: Nigerian political culture and the media in global spectrum". In *Political economy of the media*, editado por Popoola, M. e G. E. Oboh (22-38). Oyo: Franco-ola Printers.
- Ojo, E.O. 2006. "Human rights and sustainable democracy in Nigeria". *Journal of Social Sciences* 13 (1): 15-29.
- Okoye, I. 2003. "Historical overview and analysis of government-media relationship in Nigerian from 1900-2001". In *Issues in Nigerian media history: 1900-2000 AD*, editado por Akinfelaye, R. e Okoye, I. (102-113). Lagos: Malthouse press limited.
- \_\_\_\_\_. 2003. "Historical overview and analysis of government-media relationship in Nigerian from 1900-2001". Pp. 102-113. In *Issues in Nigerian media history 1900-2000 AD*, editado por R. Akinfelaye e I. Okoye. Lagos: Malthouse publishers limited.
- Olaide, F. 2011. "The Nigerian press: the journey so far". *Continental journal of Sustainable Development*. Vol. 2(1). Pp. 8-19
- Oyeleye, A. 2004. "The mediation of politicians and the political process in Nigeria". *Parliamentary Affairs* 57 (1): 157-168.
- Pate, A. U., e H. Idris. 2017. "How journalists survive to report: Professionalism and risk management in the reporting of terror groups and violent extremism in North East Nigeria". In *The assault on journalism building knowledge to protect freedom of expression*, editado por Carlsson U., e R. Pöyhtäri.. Sweden: Nordicom.
- Pate, U. 2017. "Professionalizing and risk management in the reporting of terror groups and violent extremism in the North East Nigeria, 2009-2015: How journalists survived to report". In *Multiculturalism, diversity, reporting conflict in Nigeria*, editado por Pate, U. A., e L. Oso, 133-156. Ibadan: Evan Brothers Nigeria Publishing Limited.
- \_\_\_\_\_. 2015. *Issues in media and national integration in Nigeria*. Lagos: African Resource Communications Ltd.
- Sambe, J. 2008. *Introduction to mass communication practices in Nigeria*. Ibadan: Spectrum



- Sowole, J. 2009. "Nigeria: Court Orders NBC to Reopen Radio Station". *This Day Newspaper*, May 13.
- Suntai, D. I., A. D. Agbu, e T. S. Targema. 2018. "Mass media, freedom of expression and democracy: the Nigerian experience from 1999-2017". *TSU Journal of Communication and Media Studies* 1 (1): 2-13.
- Targema, T. S., e L. J. Ayih. 2017. "Nature and System of Media Ownership and Control in Nigeria: Implication for Grassroots Participation and Development". *Nairobi Journal of Humanities and Social Sciences (NJHS)* 1(7): 53-65.
- Temegha, S. O. 2011. "Olusegun Obasanjo: The personality and philosophy of a president". Pp. 22-39. In *Obasanjo Second Era: 1999-2007*, editado por Wuam, T., S. T. Olali, e J. Obilikwu. Makurdi: Aboki Publishers.
- Udom, E. 2012. "Why Judge ordered police to arrest 7 journalists". *The Nation Newspapers*, April 04.
- Ukaegbu, C. C. 2007. "Leadership fatalism and underdevelopment in Nigeria: imaginative policymaking for human development". *Philosophia Africana* 10 (2): 161-182.

## RESUMO

Em todas as sociedades civilizadas, a mídia é uma instituição independente que controla as atividades do povo e do governo. Na Nigéria, além do Executivo, Judiciário e Legislativo, a mídia é considerada o Quarto Poder da Nação. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Artigo 19 prevê a liberdade de expressão como parte dos direitos humanos fundamentais. Ao nível da UA em África, o direito à liberdade de informação e de expressão também foi devidamente considerado, especialmente no Artigo nove. A Constituição da Nigéria de 1999 também garante a liberdade de expressão, especificamente na Seção 39 da Constituição que atribui um direito constitucional, poder, função, obrigação e dever à imprensa. As constituições nigerianas desde então têm mantido esse papel. A seção 22 da mesma Constituição reconhece a mídia como o "Quarto Poder da Nação". Portanto, significa que a mídia é vista como um órgão fiscalizador do governo e de suas agências. A Lei de Liberdade de Informação estabelece que a informação deve ser disponibilizada e que os cidadãos devem se sentir livres para expressar suas opiniões pessoais. Assim, para atingir os objetivos deste artigo, as seguintes perguntas servem como ferramentas básicas de investigação: a mídia nigeriana tem dentes para morder no que diz respeito à

liberdade de expressão? Ou as disposições do processo são apenas documentos de troca? Essas questões são o foco principal deste artigo. O artigo emprega uma metodologia de pesquisa multidisciplinar usando uma combinação de métodos sócio-jurídicos para obter os dados contextuais. Além disso, decisões judiciais pertinentes selecionadas em relatórios jurídicos e periódicos foram revisadas para examinar a liberdade de expressão. O artigo também examinou criticamente fontes não legais de informações investigativas ou de apoio. Entre os documentos técnicos revisados estão: A Constituição da República Federal da Nigéria, 1999; Lei de Liberdade de Informação, entre outros.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Accountability. Liberdade de expressão. Governança. Interesse nacional. Mídia nigeriana.

*Recebido em 27 de maio de 2020*

*Aceito em 18 de outubro de 2020*

*Traduzido por Camila Santos Andrade*